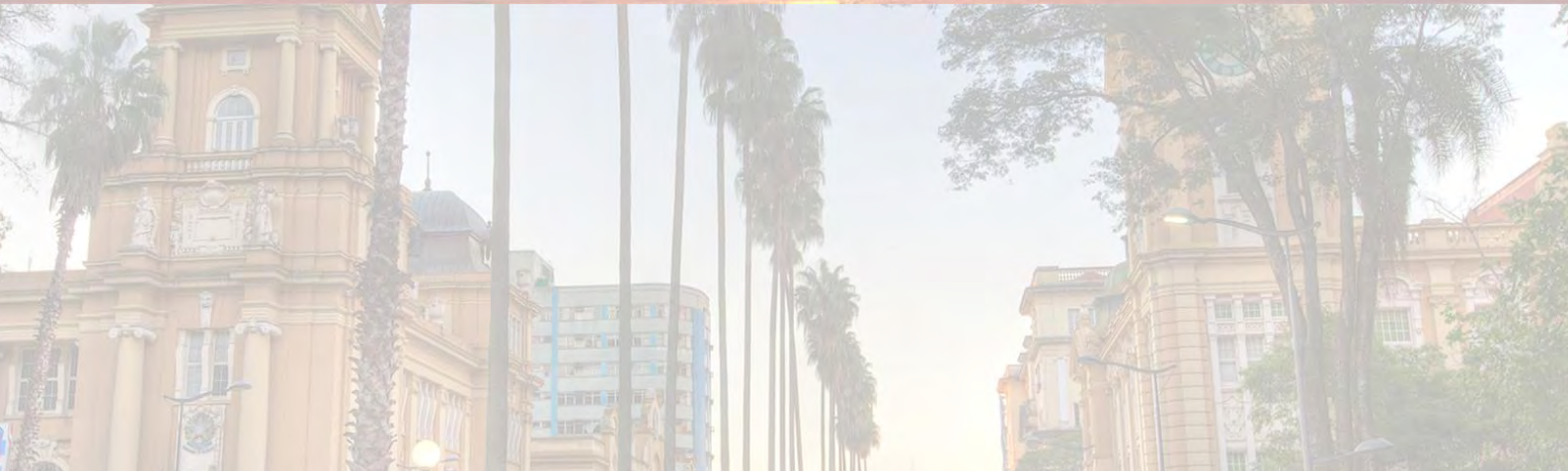


ISBRE

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



Relatório Anual 2016



FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

RELATÓRIO ANUAL DE 2016

CONSELHO DELIBERATIVO

Celso Afonso Monteiro Pudwell – Presidente (a partir de 14/12/2016)

André Lopes Falcão

Carlos Dickel Da Fontoura

Carlos Areton Azzolin Olson

Carlos Aurélio L H Ribeiro

Dante Carlos Schuch

CONSELHO FISCAL

Fabiano Meassi – Presidente

Leonir Maria Pizzato Reis

Francisco Melo de Aquino (a partir de 08/12/2016)

Thaís Paola Grandi (a partir de 23/06/2016)

Suplentes

Claiton Eveir Schmidt (a partir de 08/12/2016)

Gustavo Trombini Orsolin

Rafael Carneiro Abrahão (a partir de 23/06/2016)

Vitória Almeida Lunardelli (a partir de 23/06/2016)

DIRETORIA EXECUTIVA

Mauro Rosito D'Avila

Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Previdência

Luiz Rogério Isotton

Diretor Financeiro e de Investimentos

Relatório publicado em 19/05/2017

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE e Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias, às melhores práticas de Governança e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Administração relativo ao exercício de 2016, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, e os Pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Este Relatório Anual, em sua forma de apresentação, atende às determinações da Instrução nº 13, de 12 de novembro de 2014, da Superintendência Nacional de

Previdência Complementar – PREVIC, órgão de supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a qual exige um maior detalhamento das informações, com foco em cada um dos Planos de Benefícios e no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Ressaltamos que desde o ano passado, o ISBRE também está disponibilizando uma versão resumida do relatório anual, contendo informações sobre o desempenho da Entidade, destacando de forma simples e objetiva os principais resultados do seu plano de benefícios e facilitando o seu acesso às informações mais relevantes.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

A Fundação

Durante o ano de 2016, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação trabalharam no projeto de uma nova identidade visual e de um novo site, lançados em Janeiro de 2017, em comemoração ao aniversário de 40 anos da Fundação.

A nova marca é mais moderna, porém preserva a essência da Fundação, valorizando a região de atuação do Patrocinador BRDE e acrescentando a razão de existir do ISBRE: os participantes.



O novo site do ISBRE também está mais moderno e intuitivo, com fácil navegabilidade. Ele foi construído com novas tecnologias digitais, facilitando o acesso através de Smartphones e Tablets. Na área restrita, os participantes tem uma nova forma de acesso a todas as informações relevantes sobre a Entidade, seu Plano e sua Aposentadoria, tais como simulação de

benefício, informações sobre as contribuições, simulador de empréstimos e rentabilidade do Plano e, no caso dos participantes assistidos, ainda estão disponíveis o contra cheque e comprovante de rendimento.

Em novembro de 2016, a Fundação implementou uma alteração importante na área de investimentos, passando a adotar um modelo de segregação de ativos com gestão multifundo. Tal sistemática tem por objetivo principal possibilitar que os recursos de investimentos em mercado dos Planos de Benefícios e Administrativo sejam geridos de acordo com as suas especificidades e características individuais de suas obrigações, tendo em vista a manutenção do equilíbrio intertemporal entre os seus ativos e passivos.

Em 31.12.2016 foi realizada a alteração do critério de precificação, de “títulos mantidos até o vencimento” para “títulos para negociação”, de 36.767 quantidades de Notas do Tesouro Nacional – Série B com vencimento em 15.08.2050, que compõem a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I, tendo em vista a adequação das condições de liquidez entre ativos e o passivo do Plano, bem como para melhorar a aderência às condições estabelecidas pela regra de

solvência vigente no segmento de Previdência Complementar Fechada.

Em dezembro de 2016, também foi dado início ao projeto de Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos. Além de atender à uma recomendação do Conselho Fiscal, esse projeto constitui uma importante ferramenta de gestão para a Fundação a medida que possibilita aprimorar o entendimento e a integração das atividades realizadas em cada processo, formalizando e aprimorando o fluxo dessas atividades, bem como aperfeiçoando a identificação de riscos operacionais e dos seus pontos de controle.

Destacamos, ainda, o processo eleitoral para membro suplente do Conselho Fiscal ocorrido no mês de novembro/2016, do qual resultou eleito o Participante Claiton Eweir Schmidt. A Diretoria Executiva agradece a participação dos Participantes na eleição, tanto Assistidos como Ativos. Agradecemos, ainda, a todos os senhores candidatos inscritos no referido pleito, por suas voluntárias participações e interesse pelos desígnios desta Fundação, o que demonstra a importância do ISBRE para seus Participantes.

Finalmente, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação agradecem aos Conselheiros Tarcísio Jaime Herdt e Máicol Cristian Stein de Souza, membros titulares do Conselho Fiscal, e aos Conselheiros Iraci Antonio Brunetto, Nivaldo Presalino Vieira e Claonice Machado Fagundes, membros suplentes do Conselho Fiscal, que encerraram seus mandatos durante o ano de 2016 pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação no exercício de seus cargos na Fundação.

Ambiente Macroeconômico e de Mercado

No ano de 2016, o Brasil vivenciou um ambiente político conturbado, marcado por escândalos de corrupção e o impeachment da Presidente da República, com implicações importantes para as condições macroeconômicas e de mercado domésticas. O cenário externo também se mostrou desafiador, com a manifestação de riscos políticos com impacto desestabilizador, como a aprovação, em referendo, da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA e a ascensão de partidos de extrema direita na Europa.

Nos EUA, tendo em vista a evolução aquém do esperado do ritmo de atividade econômica, o ciclo de normalização da política monetária americana foi suavizado em relação ao que era esperado no início do ano. Entretanto, com a vitória de Trump e as expectativas em relação a implementação de seu programa de governo contemplando agressiva expansão fiscal, ampla desregulamentação e privatizações, além de uma agenda comercial protecionista, verificou-se a reversão de perspectivas em relação à trajetória política monetária, com implicações importantes para a formação de preços nos mercados de ações, taxas de juros e moedas.

Na Europa, apesar do Brexit, os níveis de atividade econômica e inflação mostraram evolução favorável, mas em ritmo mais modesto do que vivenciado nos EUA, apesar do suporte de programas de estímulos monetários por parte, tanto do Banco Central Europeu (BCE), quanto pelo Banco da Inglaterra (BOE), inclusive com a ampliação de estímulos em ambas jurisdições.

A Ásia também vivenciou contexto macroeconômico similar, com o ritmo de atividade evoluindo de acordo com as expectativas, principalmente na China. Da mesma forma, contudo, com o suporte de amplos programas de estímulos fiscais e monetários promovidos pelos governos da China e do Japão.

No Brasil, o ano de 2016 foi marcado por importante redirecionamento da agenda de política econômica, com a mudança de governo. Dada a situação de fragilidade fiscal e desancoragem de expectativas de inflação, a prioridade do novo governo foi a implementação de uma agenda de reformas com vistas a restauração do equilíbrio fiscal de longo prazo, estabilização da relação dívida/PIB e estabilidade de preços.

Nesse sentido, foram aprovadas diversas medidas, dentre as quais se destacam a desvinculação de receitas da União (DRU), a reversão de incentivos fiscais e de orientação do financiamento público, a antecipação de parcela da dívida do BNDES com o Tesouro, a adoção de meta de superávit primário mais realista, a renegociação de dívidas com os Estados, a imposição de limite à evolução dos gastos do Governo Central, além do encaminhamento das reformas trabalhista e da previdência.

Em termos de atividade econômica, houve novamente surpresa negativa, com queda do PIB de aproximadamente 3,6% no ano. Nesse contexto, em que a diferença entre nível de produção efetiva e a potencial (hiato do produto) se situou em -4% e o governo mostrou comprometimento com convergência da inflação para a meta de 4,5%, a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 6,3%, contra 10,7% no ano anterior.

Com a demonstração por parte do governo de capacidade de articulação política necessária para viabilizar a realização de reformas e a reancoragem de expectativas em relação à inflação, num contexto de atividade surpreendentemente fraca, o mercado passou a adotar uma postura de aumento de exposição a risco, tendo em vista a atratividade dos preços de ativos financeiros nos diferentes mercados.

No mercado de moedas, o real apresentou valorização de 16,5% no período. Na renda fixa o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 23,37% no ano, enquanto o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 24,81% no mesmo período. Na renda variável, o desempenho foi ainda melhor, com o Índice IBX acumulando rentabilidade de 36,70% no ano de 2016.

Desempenho Econômico Financeiro

O Plano de Benefícios I (PB I) encerrou o ano de 2016 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 849,8 milhões, dos quais, R\$ 743,5 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de

benefícios e R\$ 106,4 milhões de superávit acumulado. O PB I apresentou rentabilidade de 24,07% em 2016, correspondendo a 206,79% da meta atuarial no período. Aproximadamente 44% deste resultado adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais. Ainda no segmento de renda fixa, 13% resultaram da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 15% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 14% do resultado, respectivamente. O restante do resultado adveio dos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes.

O Plano de Benefícios II (PB II) encerrou o exercício com Patrimônio de Cobertura de R\$ 69,9 milhões. O PB II apresentou rentabilidade de 23,27% em 2016, correspondendo a 199,91% da meta atuarial e 166,21% do CDI no período. Aproximadamente 43% deste resultado adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais. Ainda no segmento de renda fixa, 13% resultaram da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 15% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 19% do resultado. O restante do resultado adveio dos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de 26,69% no ano de 2016, correspondendo a 190,64% do CDI, sendo que o PGA mantém alocação somente no Segmento de Renda Fixa.

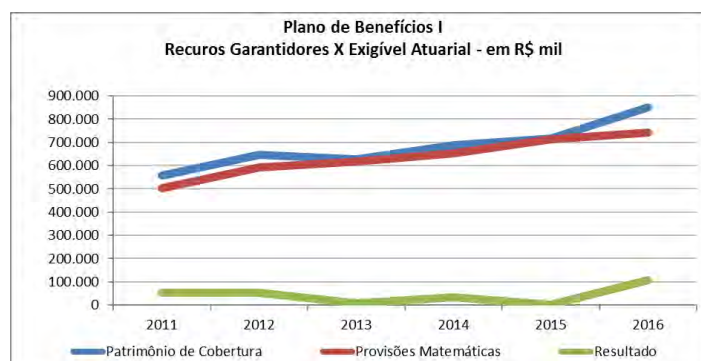
PLANO DE BENEFÍCIOS I – BD

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2011	556.601	503.265	53.336
2012	646.412	592.090	54.322
2013	626.840	616.868	9.972
2014	687.950	652.772	35.178
2015	716.786	713.724	3.062
2016	849.847	743.451	106.396



Demonstração do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

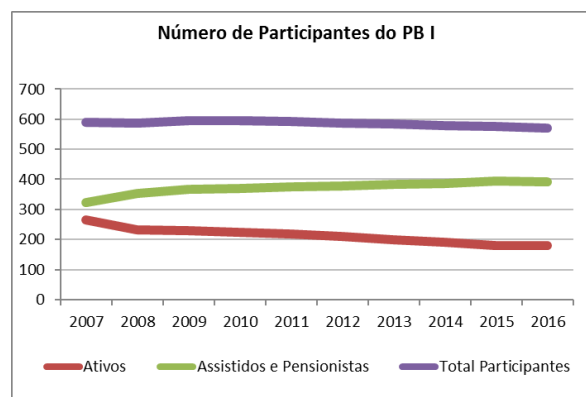
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	862.263	730.685	18,01
Disponível	4	10	(60,00)
Recebível	5.438	5.881	(7,53)
Investimento	<u>856.821</u>	<u>724.794</u>	18,22
Ações	246	257	(4,28)
Fundos de Investimento	831.848	701.704	18,55
Investimentos Imobiliários	16.728	14.807	12,97
Empréstimos	7.999	8.026	(0,34)
2. Obrigações	8.961	9.826	(8,80)
Operacional	1.543	1.576	(2,09)
Contingencial	7.418	8.250	(10,08)
3. Fundos não Previdenciais	1.245	1.057	17,79
Fundo Administrativo	1.245	1.057	17,79
4. Ativo Líquido (1-2-3)	852.057	719.802	18,37
Provisões Matemáticas	743.451	713.725	4,16
Superávit/Déficit Técnico	106.396	3.062	3.374,72
Fundos Previdenciais	2.210	3.015	(26,70)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	106.396	3.062	3.374,72
b) Ajuste de Precificação	30.301	18.496	
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	136.697	21.558	534,09

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios I

Ano	Participantes		Dependentes	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Pensionistas		
2007	266	323	1.050	1.639
2008	232	354	998	1.584
2009	229	367	964	1.560
2010	225	370	939	1.534
2011	218	375	808	1.401
2012	210	377	741	1.328
2013	200	384	724	1.308
2014	192	386	709	1.287
2015	181	395	688	1.264
2016	180	391	680	1.251



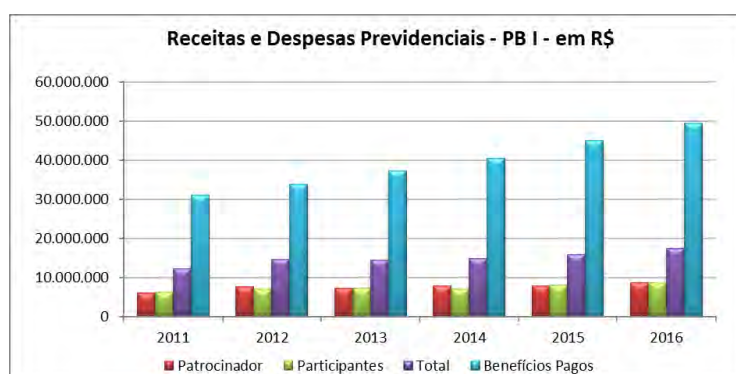
Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

Em 31/12/2016, o grupo de assistidos era composto por 282 aposentados por tempo de contribuição, 7 aposentados por idade, 14 aposentados por invalidez, 2 aposentados por benefício proporcional diferido, 84 pensionistas e 2 participantes em auxílio-doença.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec. de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%
2013	7.283.000	7.179.500	14.462.500	37.312.200	38,76%
2014	7.752.200	7.068.200	14.820.400	40.497.200	36,60%
2015	7.872.200	8.030.750	15.902.950	45.081.800	35,28%
2016	8.717.100	8.721.700	17.438.800	49.556.600	35,19%



A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre

o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é menor a cada ano que passa, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB I

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentava, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/16	Dezembro/16	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	89,58%	94,53%	95%	100%
Renda Variável	1,67%	2,28%	20%	70%
Investimentos Estruturados	5,91%	0,31%	10%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	1,87%	1,95%	4%	8%
Operações com Participantes	0,96%	0,93%	3%	15%

⁽¹⁾ Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depository Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2016, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	537.298.497,71	64,59%
Fundos de Renda Fixa	537.298.497,71	64,59%
Minuano Renda Fixa	205.607.244,72	24,72%
Xavante Renda Fixa	331.691.252,99	39,87%
Fundos Multimercado com Renda Variável	272.629.704,45	32,77%
BBM Charrua FI Multimercado	272.629.704,45	32,77%
Segmento de Renda Variável	19.274.425,16	2,32%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	19.274.425,16	2,32%
JGP Long Only Institucional FIA	9.143.196,49	1,10%
Brasil Plural FICFIA	5.486.017,77	0,66%
JGP Explorer Institucional FIA	4.645.210,90	0,56%
Segmento de Investimentos Estruturados	2.645.268,96	0,32%
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	2.645.268,96	0,32%
Brasil Energia Renovável FIP	2.645.268,96	0,32%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	831.847.896,28	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-140,41	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	831.847.755,87	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2016, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/16 a 31/12/16	Retorno Bruto 01/01/16 a 31/12/16	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	23,61%	23,65%	0,03%	Não possui	Não possui
FI Xavante Renda Fixa ⁽¹⁾	1,77%	1,77%	0,03%	Não possui	Não possui
BBM Charrua FI Multimercado	33,91%	34,22%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Institucional FIA	31,05%	34,74%	2,75%	Não possui	Não possui
BBM Aymoré FICFIM ⁽²⁾	7,79%	7,88%	0,15%	Não possui	Não possui
JGP Explorer Institucional FIA	30,82%	34,50%	2,75%	Não possui	Não possui
FIP Brasil Energia Renovável	-0,19%	-0,18%	1,10%	20%	IPCA+ 8% a.a
Brasil Plural FIC Ações	4,98%	8,21%	3,00%	Não possui	Não possui

⁽¹⁾ O fundo FI Xavante Renda Fixa iniciou em dezembro de 2016.

⁽²⁾ O retorno líquido e retorno bruto do fundo BBM Aymoré FICFIM é de 01/01/16 a 28/07/16, pois o fundo foi extinto e incorporado pelo BBM Charrua FI Multimercado em 28/07/2016.

Performance dos Investimentos do PB I

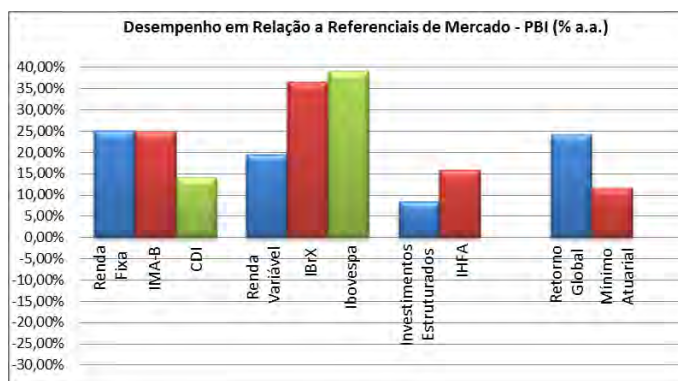
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 24,07% no ano, diante da meta atuarial de 11,64% e do CDI de 14% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Rentabilidade Bruta em 2016	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Variação em 2016
Renda Fixa	25,06%	IMA-B	24,81%
Renda Variável	19,47%	IBrX	36,70%;
Investimentos Estruturados	8,37%	IHFA	15,87%
Imóveis	26,64%	Meta Atuarial	11,64%
Empréstimos a Participantes	15,22%	Meta Atuarial	11,64%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	-3,53%	Meta Atuarial	11,64%
Total	24,07%		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,05% a.m., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não possuírem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possuía até junho/16 a rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM, após essa data, ficando apenas a rentabilidade do FIP Brasil Energia Renovável.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>1.057.890,24</u>	<u>1.376.751,55</u>	<u>2.434.641,79</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	321.021,65	460.377,96	781.399,61
Pessoal Próprio	736.868,59	916.373,59	1.653.242,18
Treinamentos/Congressos e Seminários	5.541,75	12.651,24	18.192,99
Viagens e Estadias	6.169,90	10.546,36	16.716,26
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>285.550,66</u>	<u>131.022,14</u>	<u>416.572,80</u>
Auditoria	11.357,14	11.825,67	23.182,81
Assessoria Jurídica	209.436,08	41.372,61	250.808,69
Assessoria Atuária	43.840,97	45.925,51	89.766,48
Outras Consultorias	20.916,47	31.898,35	52.814,82
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	72.675,80	75.877,00	148.552,80
Amortizações e Depreciações	11.710,27	13.240,82	24.951,09
Tributos	160.422,14	171.213,85	331.635,99
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.599.960,76	1.791.302,96	3.391.263,72

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>1.074.025,73</u>	<u>1.417.762,60</u>	<u>2.491.788,33</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	224.619,67	484.680,02	709.299,69
Pessoal Próprio	849.406,06	933.082,58	1.782.488,64
Treinamentos/Congressos e Seminários	5.797,10	19.437,63	25.234,73
Viagens e Estadias	8.147,71	11.965,34	20.113,05
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>165.830,23</u>	<u>187.756,33</u>	<u>353.586,56</u>
Auditoria	11.357,14	11.825,67	23.182,81
Assessoria Jurídica	17.385,95	17.286,11	34.672,06
Bloomberg	47.589,67	49.723,36	97.313,03
Luz Engenharia Ltda	31.238,09	31.937,54	63.175,63
Outras Consultorias	58.259,38	76.983,65	135.243,03
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	83.509,91	87.820,84	171.330,75
Amortizações e Depreciações	11.710,15	13.240,76	24.950,91
Tributos	15.000,00	15.000,00	30.000,00
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.364.020,83	1.752.983,50	3.117.004,33

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.599.960,76	1.791.302,96	3.391.263,72
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.364.020,83	1.752.983,50	3.117.004,33
C) Total das Despesas Administrativas	2.963.981,59	3.544.286,46	6.508.268,05
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	774.923.309,53	839.037.388,34	806.980.348,94
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,21%	0,21%	0,42%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,21%	0,39%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,39%	0,42%	0,81%

No exercício de 2016, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimentos foi equivalente a 0,81% dos recursos garantidores, sendo 0,42% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,39% o custo relativo à gestão de investimentos.

Em 2016, duas situações influenciaram fortemente o aumento das despesas administrativas da Fundação: i) uma conciliação contábil de períodos anteriores e ressarcimento ao Patrocinador relativo à cessão de pessoal; e ii) o pagamento de verbas trabalhistas referente à rescisão de contrato de trabalho de funcionário da Fundação. Assim, verificou-se um aumento de 24,4% nas despesas administrativas da Entidade em relação ao ano de 2015.

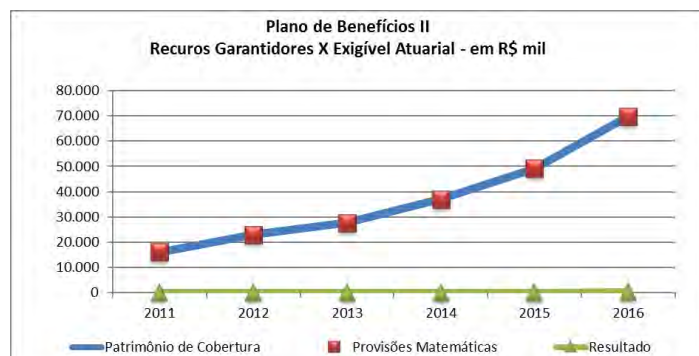
PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2011	16.153	16.137	16
2012	22.963	22.959	4
2013	27.610	27.610	0
2014	37.030	37.019	11
2015	49.154	49.154	-
2016	69.929	69.601	328



Demonstração do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

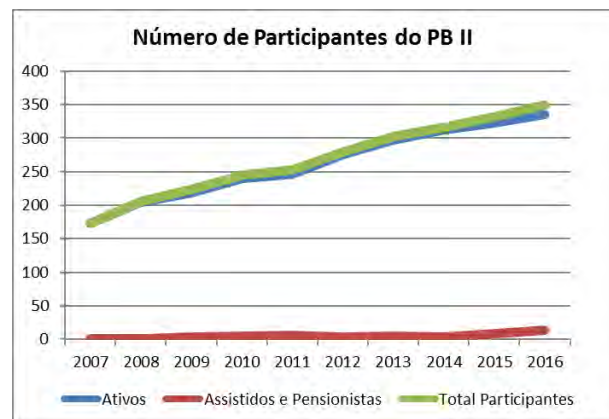
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	75.104	54.151	38,69
Disponível	6	1	500,00
Recebível	942	1.183	(20,37)
Investimento	<u>74.156</u>	<u>52.967</u>	40,00
Ações	20	18	11,11
Fundos de Investimento	70.841	49.835	42,15
Investimentos Imobiliários	624	552	13,04
Empréstimos	2.671	2.562	4,25
2. Obrigações	15	4	275,00
Operacional	15	4	275,00
3. Fundos não Previdenciais	942	1.183	(20,37)
Fundo Administrativo	942	1.183	(20,37)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	74.147	52.964	40,00
Provisões Matemáticas	69.601	49.154	41,60
Superávit/Déficit Técnico	328	-	-
Fundos Previdenciais	4.218	3.810	10,71
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	328	-	-
b) Ajuste de Precificação	206	193	6,74
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	534	193	176,68

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios II

Ano	Participantes		Dependentes	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Beneficiários		
2007	172	1	221	394
2008	205	1	253	459
2009	219	4	285	508
2010	240	5	317	562
2011	247	6	342	595
2012	275	4	370	649
2013	297	5	408	710
2014	312	4	422	738
2015	323	9	460	792
2016	336	13	483	832



Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Assim como no PBI, para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

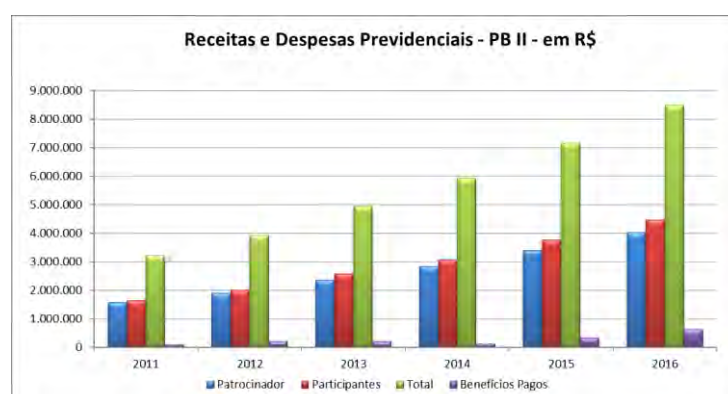
Em 31/12/2016, o grupo de assistidos era composto por 12 pensionistas, que recebem a pensão legada por quatro participantes falecidos, e 1 participante em auxílio-doença.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	89.930
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.200	89.800
2013	2.364.800	2.575.000	4.939.800	153.900
2014	2.837.100	3.078.800	5.915.900	109.700
2015	3.395.400	3.765.000	7.160.400	227.800
2016	4.022.200	4.459.500	8.481.700	410.300

Nos valores informados não estão sendo considerados os resgates e as portabilidades recebidas e cedidas. Em 2016, verificou-se a saída de recursos no montante de R\$212 mil a título de portabilidade cedida e resgate, mas também verificou-se o ingresso de R\$190mil a título de portabilidade recebida.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentava, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/16	Dezembro/16	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	87,50%	93,09%	95%	100%
Renda Variável	1,64%	2,17%	20%	70%
Investimentos Estruturados	5,77%	0,29%	10%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	0,88%	0,84%	4%	8%
Operações com Participantes	4,21%	3,60%	15%	15%

⁽¹⁾ Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2016, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	46.576.121,01	65,75%
Fundos de Renda Fixa	46.576.121,01	65,75%
Minuano Renda Fixa	24.054.290,75	33,96%
Caingangue Renda Fixa	22.521.830,26	31,79%
Fundos Multimercado com Renda Variável	22.459.423,59	31,70%
BBM Charrua FI Multimercado	22.459.423,59	31,70%
Segmento de Renda Variável	1.587.840,48	2,24%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	1.587.840,48	2,24%
JGP Long Only Institucional FIA	753.222,85	1,06%
Brasil Plural FICFIA	451.941,94	0,64%
JGP Explorer Institucional FIA	382.675,69	0,54%
Segmento de Investimentos Estruturados	217.919,10	0,31%
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	217.919,10	0,31%
Brasil Energia Renovável FIP	217.919,10	0,31%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	70.841.304,18	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-632,63	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	70.840.671,55	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2016, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/16 a 31/12/16	Retorno Bruto 01/01/16 a 31/12/16	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	23,61%	23,65%	0,03%	Não possui	Não possui
FI Caingangue Renda Fixa ⁽¹⁾	0,48%	0,48%	0,03%	Não possui	Não possui
BBM Charrua FI Multimercado	33,91%	34,22%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Institucional FIA	31,05%	34,74%	2,75%	Não possui	Não possui
BBM Aymoré FICFIM ⁽²⁾	7,79%	7,88%	0,15%	Não possui	Não possui
JGP Explorer Institucional FIA	30,82%	34,50%	2,75%	Não possui	Não possui
FIP Brasil Energia Renovável	-0,19%	-0,18%	1,10%	20%	IPCA+ 8% a.a
Brasil Plural FIC Ações	4,98%	8,21%	3,00%	Não possui	Não possui

⁽¹⁾ O fundo FI Caingangue Renda Fixa iniciou em dezembro de 2016.

⁽²⁾ O retorno líquido e retorno bruto do fundo BBM Aymoré FICFIM é de 01/01/16 a 28/07/16, pois o fundo foi extinto e incorporado pelo BBM Charrua FI Multimercado em 28/07/2016.

Performance dos Investimentos do PB II

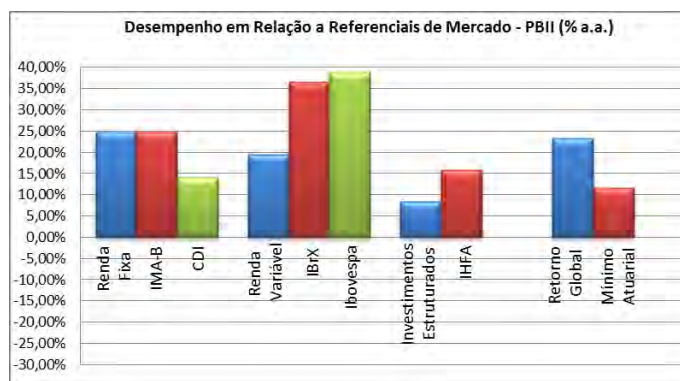
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi 23,27%, diante da meta atuarial de 11,64% e do CDI de 14% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Rentabilidade Bruta em 2016	Referencial de Mercado/ Índice	Meta Atuarial Variação em 2016
Renda Fixa	24,74%	IMA-B	24,81%
Renda Variável	19,47%	IBrX	36,70%
Investimentos Estruturados	8,37%	IHFA	15,87%
Imóveis	26,64%	Meta Atuarial	11,64%
Empréstimos a Participantes	12,86%	Meta Atuarial	11,64%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	-3,53%	Meta Atuarial	11,64%
Total	23,27%		

Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE para 2016, o custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi integralmente coberto pelo Fundo Administrativo do Plano. Assim, no PB II, a rentabilidade líquida dos investimentos por segmento de aplicação é igual à rentabilidade bruta indicada na tabela acima.

Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não possuírem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possuía até junho/16 a rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM, após essa data, ficando apenas a rentabilidade do FIP Brasil Energia Renovável.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 meses
Pessoal e Encargos	80.475,59	112.567,34	193.042,93
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	24.442,72	38.033,49	62.476,21
Pessoal Próprio	56.032,87	74.533,85	130.566,72
Treinamentos/Congressos e Seminários	424,57	1.025,83	1.450,40
Viagens e Estadias	472,50	861,05	1.333,55
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	7.111,22	8.791,57	15.902,79
Auditoria	863,24	971,49	1.834,73
Assessoria Jurídica	1.320,26	1.420,09	2.740,35
Assessoria Atuarial	3.332,71	3.772,85	7.105,56
Outras Consultorias	1.595,01	2.627,14	4.222,15
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	5.522,20	6.239,83	11.762,03
Amortizações e Depreciações	4.575,35	4.776,27	9.351,62
Tributos	12.266,52	14.071,33	26.337,85
Total das Despesas com a Administração Previdencial	110.847,95	148.333,22	259.181,17

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 Meses
Pessoal e Encargos	81.535,98	117.148,83	198.684,81
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	17.032,97	40.417,37	57.450,34
Pessoal Próprio	64.503,01	76.731,46	141.234,47
Treinamentos/Congressos e Seminários	443,42	1.574,98	2.018,40
Viagens e Estadias	622,64	986,52	1.609,16
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	12.596,68	15.454,13	28.050,81
Auditoria	863,24	971,49	1.834,73
Assessoria Jurídica	1.320,25	1.420,09	2.740,34
Bloomberg	3.618,53	4.084,82	7.703,35
Luz Engenharia Ltda	2.372,17	2.625,54	4.997,71
Outras Consultorias	4.422,49	6.352,19	10.774,68
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	6.342,97	7.221,08	13.564,05
Amortizações e Depreciações	4.575,40	4.776,33	9.351,73
Tributos	1.218,78	1.218,78	2.437,56
A) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	107.335,87	148.380,65	255.716,52

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	110.847,95	148.333,22	259.181,17
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	107.335,87	148.380,65	255.716,52
C) Total das Despesas Administrativas	218.183,82	296.713,87	514.897,69
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	59.408.965,09	69.908.865,89	64.658.915,49
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,19%	0,21%	0,40%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,19%	0,21%	0,40%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,38%	0,42%	0,80%

No exercício de 2016, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,80% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,40% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,40% o custo relativo à gestão de investimentos.

Em 2016, duas situações influenciaram fortemente o aumento das despesas administrativas da Fundação: i) uma conciliação contábil de períodos anteriores e ressarcimento ao Patrocinador relativo à cessão de pessoal; e ii) o pagamento de verbas trabalhistas referente à rescisão de contrato de trabalho de funcionário da Fundação. Assim, verificou-se um aumento de 24,4% nas despesas administrativas da Entidade em relação ao ano de 2015.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2016.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>1.138.365,83</u>	<u>1.489.318,89</u>	<u>2.627.684,72</u>
Diretoria	345.464,37	498.411,45	843.875,82
Pessoal Próprio	792.901,46	990.907,44	1.783.808,90
Treinamentos/Congressos e Seminários	5.966,32	13.677,07	19.643,39
Viagens e Estadias	6.642,40	11.407,41	18.049,81
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>292.661,88</u>	<u>139.813,71</u>	<u>432.475,59</u>
Auditoria	12.220,38	12.797,16	25.017,54
Consultoria Jurídica	210.756,34	42.792,70	253.549,04
Consultoria Atuarial	47.173,68	49.698,36	96.872,04
Outras Consultorias	22.511,48	34.525,49	57.036,97
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	78.198,00	82.116,83	160.314,83
Amortizações e Depreciações	16.285,62	18.017,09	34.302,71
Tributos	172.688,66	185.285,18	357.973,84
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.710.808,71	1.939.636,18	3.650.444,89

CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2016.

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>1.155.561,71</u>	<u>1.534.911,43</u>	<u>2.690.473,14</u>
Diretoria	241.652,64	525.097,39	766.750,03
Pessoal Próprio	913.909,07	1.009.814,04	1.923.723,11
Treinamentos/Congressos e Seminários	6.240,52	21.012,61	27.253,13
Viagens e Estadias	8.770,35	12.951,86	21.722,21
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>178.426,91</u>	<u>203.210,46</u>	<u>381.637,37</u>
Auditoria	12.220,38	12.797,16	25.017,54
Consultoria Jurídica	18.706,20	18.706,20	37.412,40
Luz Engenharia Ltda	33.610,26	34.563,08	68.173,34
Bloomberg	51.208,20	53.808,18	105.016,38
Outras Consultorias	62.681,87	83.335,84	146.017,71
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	89.852,88	95.041,92	184.894,80
Amortizações e Depreciações	16.285,55	18.017,09	34.302,64
Tributos	16.218,78	16.218,78	32.437,56
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.471.356,70	1.901.364,15	3.372.720,85

CUSTO GLOBAL DE GESTÃO**Total de Despesas com Administração da Entidade****Custo Global da Administração**

DESPESAS	1º Sem/16	2º Sem/16	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.710.808,71	1.939.636,18	3.650.444,89
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.471.356,70	1.901.364,15	3.372.720,85
C) Total das Despesas Administrativas	3.182.165,41	3.841.000,33	7.023.165,74
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	836.823.563,53	911.302.727,72	874.063.145,62
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,20%	0,21%	0,41%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,21%	0,39%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,38%	0,42%	0,80%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2016, equivalente a 0,80% do patrimônio médio sob gestão, sendo 0,41% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,39% referentes à gestão de investimentos.

Em 2016, duas situações influenciaram fortemente o aumento das despesas administrativas da Fundação: i) uma conciliação contábil de períodos anteriores e ressarcimento ao Patrocinador relativo à cessão de pessoal; e ii) o pagamento de verbas trabalhistas referente à rescisão de contrato de trabalho de funcionário da Fundação. Assim, verificou-se um aumento de 24,4% nas despesas administrativas da Entidade em relação ao ano de 2015.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, e conforme decidido pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, a Fundação BRDE passou a adotar, a partir de 01.11.2016 um modelo de segregação de ativos com gestão multifundo. Tal sistemática tem por objetivo principal possibilitar que os recursos de investimentos em mercado dos Planos de Benefícios e Administrativo sejam geridos de acordo com as suas especificidades e características individuais de suas obrigações, tendo em vista a manutenção do equilíbrio intertemporal entre os seus ativos e passivos.

Considerando-se as características e necessidade de liquidez do PGA, entende-se adequado que os recursos deste Plano sejam alocados somente no segmento de Renda Fixa. A carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa apresentava, em 31 de dezembro de 2016, a composição demonstrada a seguir, em relação aos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PGA

Distribuição dos Investimentos por Segmentos	Observado		Limites Máximos	
	Junho/16 ⁽¹⁾	Dezembro/16	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	92,19%	100,00%	100%	100%
Renda Variável	1,72%	0,00%	0%	70%
Investimentos Estruturados	6,08%	0,00%	0%	20%
Investimentos no Exterior ⁽²⁾	0,00%	0,00%	0%	10%
Imóveis	0,00%	0,00%	0%	8%

⁽¹⁾ Conforme Voto nº 005/2016 – DIRFI, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 15.09.2016, o limite de alocação do PGA no segmento de renda fixa foi alterado para 100% e o limite de exposição nas demais classes de ativos para 0%.

⁽²⁾ Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depository Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2016, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	1.900.877,50	100,00%
Fundos de Renda Fixa	1.900.877,50	100,00%
Minuano FI Renda Fixa	1.900.877,50	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-4.020,08	-0,21%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	1.896.857,42	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial

(*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2016, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/16 a 31/12/16	Retorno Bruto 01/01/16 a 31/12/16	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	23,61%	23,65%	0,03%	Não possui	Não possui
BBM Charrua FI Multimercado	33,91%	34,22%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Institucional FIA	31,05%	34,74%	2,75%	Não possui	Não possui
BBM Aymoré FICFIM ⁽¹⁾	7,79%	7,88%	0,15%	Não possui	Não possui
JGP Explorer Institucional FIA	30,82%	34,50%	2,75%	Não possui	Não possui
FIP Brasil Energia Renovável	-0,19%	-0,18%	1,10%	20%	IPCA+ 8% a.a
Brasil Plural FIC Ações	4,98%	8,21%	3,00%	Não possui	Não possui

⁽¹⁾ O retorno líquido e retorno bruto do fundo BBM Aymoré FICFIM é de 01/01/16 a 28/07/16, pois o fundo foi extinto e incorporado pelo BBM Charrua FI Multimercado em 28/07/2016.

Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 26,69%, diante da meta atuarial de 11,64% e do CDI de 14% do período.

As rentabilidades por segmento de aplicação, em relação aos respectivos referenciais de mercado, são apresentadas na tabela e no gráfico abaixo.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Rentabilidade Bruta em 2016	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Índice	Varição em 2016
Renda Fixa	27,29%	IMA-B	24,81%
Renda Variável	29,46%	IBrX	36,70%
Investimentos Estruturados	8,95%	IHFA	15,87%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	-3,53%	Meta Atuarial	11,64%
Total	26,69%		

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2017

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 15.12.2016 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2017, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	95%	85%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	10%	6%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Operações com Participantes	Empréstimos	3%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	95%	84%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	10%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	1%
Operações com Participantes	Empréstimos	15%	4%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	100%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	0%	0%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	0%	0%
Investimentos no Exterior	BDR	0%	0%
Imóveis	Imóveis para Renda	0%	0%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	95,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	10,00%	0,00%	0,00%

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	95,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	10,00%	0,00%	0,00%

Alocação por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	0,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em cotas de Fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitada a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores;
2. A alocação em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado classificados no Segmento de Investimentos Estruturados deverá respeitar o limite de 10% (dez por cento) dos Recursos Garantidores.

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% % do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% % do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Concentração por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
% % do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. A alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. A alocação em fundos classificados como Investimentos Estruturados, excetuando-se os Fundos Multimercado, não serão admitidas alocações em novos Fundos de Investimento em Participações, excetuada as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	12	11	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.264	2.235
REALIZÁVEL	939.277	786.722	Gestão Previdencial	1.125	1.572
Gestão Previdencial	4.193	4.824	Gestão Administrativa	701	655
Gestão Administrativa	2.206	1.500	Investimentos	438	8
Investimentos	932.878	780.398	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8.853	9.685
Ações	266	277	Gestão Previdencial	7.418	8.250
Fundos de Investimento	904.590	754.174	Gestão Administrativa	1.435	1.435
Investimentos Imobiliários	17.352	15.359	PATRIMÔNIO SOCIAL	928.391	775.006
Empréstimos	10.670	10.588	Patrimônio de Cobertura do Plano	919.776	765.940
PERMANENTE	219	193	Provisões Matemáticas	813.052	762.878
Imobilizado	64	50	Benefícios Concedidos	510.977	487.127
Intangível	155	143	Benefícios a Conceder	302.075	275.751
			Equilíbrio Técnico	106.724	3.062
			Resultados Realizados	106.724	3.062
			Superávit Técnico Acumulado	106.724	3.062
			Fundos	8.615	9.066
			Fundo Previdencial	6.428	6.826
			Fundo Administrativo	2.187	2.240
TOTAL DO ATIVO	939.508	786.926	TOTAL DO PASSIVO	939.508	786.926

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	775.006	734.755	5,48
1. Adições	211.036	94.271	123,86
(+) Contribuições Previdenciais	24.562	21.682	13,28
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	179.504	67.294	166,75
(+) Receitas Administrativas	6.418	5.055	26,96
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	552	240	130,00
2. Destinações	(57.651)	(54.020)	6,72
(-) Benefícios	(50.179)	(45.407)	10,51
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(449)	(2.969)	(84,88)
(-) Despesas Administrativas	(7.023)	(5.644)	24,43
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	153.385	40.251	281,07
(+/-) Provisões Matemáticas	50.174	73.087	(31,35)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	103.662	(32.126)	(422,67)
(+/-) Fundos Previdenciais	(397)	(362)	9,67
(+/-) Fundos Administrativos	(53)	(348)	(84,77)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	928.391	775.006	19,79

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	719.802	690.526	4,24
1. Adições	183.832	78.758	133,41
(+) Contribuições	17.460	15.910	9,74
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	166.372	62.848	164,72
2. Destinações	(51.575)	(49.482)	4,23
(-) Benefícios	(49.556)	(45.082)	9,92
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(449)	(2.969)	(84,88)
(-) Custeio Administrativo	(1.570)	(1.431)	9,71
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	132.257	29.276	351,76
(+/-) Provisões Matemáticas	29.728	60.952	(51,23)
(+/-) Fundos Previdenciais	(805)	439	(283,37)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	103.334	(32.116)	(421,75)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	852.059	719.802	18,37
C) Fundos não Previdenciais	1.245	1.057	17,79
(+/-) Fundo Administrativo	1.245	1.057	17,79

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	52.964	41.641	27,19
1. Adições	21.804	11.648	87,19
(+) Contribuições	8.672	7.202	20,41
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.132	4.446	195,37
2. Destinações	(622)	(325)	91,38
(-) Benefícios	(622)	(325)	91,38
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.182	11.323	87,07
(+/-) Provisões Matemáticas	20.446	12.136	68,47
(+/-) Fundos Previdenciais	408	(801)	(150,94)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	328	(11)	(3.081,82)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	74.146	52.964	39,99
C) Fundos não Previdenciais	942	1.183	(20,37)
(+/-) Fundo Administrativo	942	1.183	(20,37)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	862.263	730.685	18,01
Disponível	4	10	(60,00)
Recebível	5.438	5.881	(7,53)
Investimento	<u>856.821</u>	<u>724.794</u>	18,22
Ações	246	257	(4,28)
Fundos de Investimento	831.848	701.704	18,55
Investimentos Imobiliários	16.728	14.807	12,97
Empréstimos	7.999	8.026	(0,34)
2. Obrigações	8.961	9.826	(8,80)
Operacional	1.543	1.576	(2,09)
Contingencial	7.418	8.250	(10,08)
3. Fundos não Previdenciais	1.245	1.057	17,79
Fundo Administrativo	1.245	1.057	17,79
4. Ativo Líquido (1-2-3)	852.057	719.802	18,37
Provisões Matemáticas	743.451	713.725	4,16
Superávit/Déficit Técnico	106.396	3.062	3.374,72
Fundos Previdenciais	2.210	3.015	(26,70)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	106.396	3.062	3.374,72
b) Ajuste de Precificação	30.301	18.496	
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	136.697	21.558	534,09

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	75.104	54.151	38,69
Disponível	6	1	500,00
Recebível	942	1.183	(20,37)
Investimento	<u>74.156</u>	<u>52.967</u>	40,00
Ações	20	18	11,11
Fundos de Investimento	70.841	49.835	42,15
Investimentos Imobiliários	624	552	13,04
Empréstimos	2.671	2.562	4,25
2. Obrigações	15	4	275,00
Operacional	15	4	275,00
3. Fundos não Previdenciais	942	1.183	(20,37)
Fundo Administrativo	942	1.183	(20,37)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	74.147	52.964	40,00
Provisões Matemáticas	69.601	49.154	41,60
Superávit/Déficit Técnico	328	-	
Fundos Previdenciais	4.218	3.810	10,71
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	328	-	
b) Ajuste de Precificação	206	193	6,74
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	534	193	176,68

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.240	2.588	(13,45)
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.970	5.295	31,63
1.1. Receitas	6.970	5.295	31,63
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.570	1.431	9,71
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.848	3.624	33,77
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	552	240	130,00
2. Despesas Administrativas	7.023	5.643	24,46
2.1. Administração Previdencial	3.650	2.878	26,82
Pessoal e Encargos	2.628	1.955	34,42
Treinamentos/Congressos e Seminários	20	26	(23,08)
Viagens e Estadias	18	14	28,57
Serviços de Terceiros	432	420	2,86
Despesas Gerais	160	146	9,59
Depreciações e Amortizações	34	36	(5,56)
Tributos	358	281	27,40
2.2. Administração dos Investimentos	3.373	2.765	21,99
Pessoal e Encargos	2.691	2.138	25,87
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	25	8,00
Viagens e Estadias	22	24	(8,33)
Serviços de Terceiros	382	341	12,02
Despesas Gerais	185	169	9,47
Depreciações e Amortizações	34	36	(5,56)
Tributos	32	32	-
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(53)	(348)	(84,77)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(53)	(348)	(84,77)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.187	2.240	(2,37)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	861.018	729.628	18,01
1. Provisões Matemáticas	743.451	713.724	4,17
1.1. Benefícios Concedidos	506.139	484.308	4,51
Benefício Definido	506.139	484.308	4,51
1.2. Benefício a Conceder	237.312	229.416	3,44
Benefício Definido	237.312	229.416	3,44
2. Equilíbrio Técnico	106.396	3.062	3.374,72
2.1. Resultados Realizados	106.396	3.062	3.374,72
Superávit técnico acumulado	106.396	3.062	3.374,72
Reserva de Contingência	106.396	3.062	3.374,72
3. Fundos	2.210	3.016	(26,72)
3.1 Fundos Previdenciais	2.210	3.016	(26,72)
4. Exigível Operacional	1.543	1.576	(2,09)
4.1 Gestão Previdencial	1.112	1.569	(29,13)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	431	7	6.057,14
5. Exigível Contingencial	7.418	8.250	(10,08)
5.1 Gestão Previdencial	7.418	8.250	(10,08)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	74.162	52.968	40,01
1. Provisões Matemáticas	69.601	49.154	41,60
1.1. Benefícios Concedidos	4.838	2.819	71,62
Benefício Definido	4.838	2.819	71,62
1.2. Benefício a Conceder	64.763	46.335	39,77
Contribuição Definida	64.763	46.335	39,77
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	26.622	19.205	38,62
Saldo de contas - parcela participantes	38.141	27.130	40,59
2. Equilíbrio Técnico	328	-	
2.1. Resultados Realizados	328	-	
Superávit técnico acumulado	328	-	
Reserva de Contingência	328	-	
3. Fundos	4.218	3.810	10,71
3.1 Fundos Previdenciais	4.218	3.810	10,71
4. Exigível Operacional	15	4	275,00
4.1 Gestão Previdencial	13	3	333,33
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a obtenção desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD (fechado para novos participantes) e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício - CNPB:

CNPB	Sigla do Plano
19790012-19	Plano de Benefícios I
20010024-83	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD ⁽¹⁾	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD ⁽¹⁾	Assistidos	Total PB II	
2012	211	1	374	586	279	-	3	282	868
2013	198	2	382	582	299	1	3	303	885
2014	192	-	387	579	315	1	3	319	898
2015	183	-	393	576	325	1	8	334	910
2016	182	-	389	571	337	1	13	351	922

(1) Benefício Proporcional Diferido

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC e suas alterações. A Resolução CNPC nº 8 e suas alterações, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios- DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefício previdencial.

A autorização para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela diretoria executiva do ISBRE em reunião do 01/03/2017.

2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011

e a Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do ISBRE foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Ativo	Em milhares de reais			
	PB I	PB II	PGA	CONSOLIDADO
Gestão Previdencial – Outros Recursos a Receber	8	-	-	(8)
Gestão Administrativa – Contribuição para Custeio	-	-	254	(254)
Gestão Administrativa - Outros Recursos a Receber	-	-	428	(428)
Gestão Administrativa – Participação no PGA	1.245	942	-	(2.187)
	1.253	942	682	(2.877)
Passivo				
Gestão Previdencial – Outras Exigibilidades	(258)	(8)	-	266
Investimentos – Outras Exigibilidades	(424)	-	-	424
Fundos - Participação no Fundo Administrativo	(1.245)	(942)	-	2.187
	(1.927)	(950)	-	2.877

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006 e pela Resolução CNPC nº 2, de 03 de março de 2011, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com conta de resultado.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e abono anual dos inativos. Conforme estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e o item 8.2 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e o abono anual dos inativos, tanto do Plano e Benefícios I como do Plano de Benefícios II estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas.

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos efetivos e as referidas contribuições específicas.

3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido o valor transferido para custear as despesas administrativas (taxa de administração) e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa (carregamento) para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios, para cobertura de despesas administrativas (carregamento), conforme previsto no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios para custear as despesas administrativas dos mesmos (taxa administrativa), além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzido o valor da taxa de administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Depósitos Judiciais	3.948	4.590
Depósitos Recursais	180	234
	4.128	4.824

Os valores dos Depósitos Judiciais se referem a depósitos para garantia de execução e os Depósitos Recursais servem para interpor recursos das ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE. A integralidade destes valores se refere ao Plano de Benefícios I.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados estão demonstrados no quadro abaixo. Os investimentos abertos por Plano de Benefícios estão demonstrados na nota 12.

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Créditos Privados e Depósitos CDB	1.548	1.548

(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.648)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	266	277
	266	277
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	585.776	496.266
Ações	20.862	28.423
Multimercado	295.089	226.616
Participações	2.863	2.869
	904.590	754.174
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	5.913	4.132
	5.913	4.132
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	11.439	11.227
	11.439	11.227
	17.352	15.359
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	10.669	10.588
	10.670	10.588
	932.878	780.398

O Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú Unibanco S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O montante da provisão é referente a valores aplicados entre 1995 e 1999 em CDBs dos bancos Bancesa, Seller e Crefisul. Tendo em vista dos valores serem anteriores as aprovações do Plano de Benefícios II, estão lançados na sua totalidade no Plano de Benefícios I.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos

5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2016	2015
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
Minuano FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	231.563	496.266
Xavante FI RF	Votorantim Asset Management	331.691	-
Caingangue FI RF	Votorantim Asset Management	22.522	-
		585.776	496.266
Multimercado			
BBM Aymoré FIC FI Multimercado	BBM Investimentos	-	46.139
BBM Charrua FI Multimercado	BBM Investimentos	295.089	180.477
		295.089	226.616
Fundos Abertos			
Ações			
JGP Long Only Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	9.896	7.552

Brasil Plural FIC Fundo de Ações	Brasil Plural Gestão de Recursos	5.938	5.656
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	5.028	-
Valores a receber – Resgate BTG Pactual Absoluto Institucional FIC	BTG Pactual Gestora de Recursos	-	15.215
		20.862	28.423
Fundo de Participações			
Brasil Energia Renovável FIP	Rio Bravo Investimentos Ltda.	2.863	2.869
		2.863	2.869
		904.590	754.174

No decorrer do exercício, o Fundo BBM Aymoré FIC FI Multimercado foi incorporado ao Fundo BBM Charrua FI Multimercado. Além disso, foi feita cisão parcial do Fundo de Investimento Minuano Renda Fixa e com a parcela cindida foram criados os Fundos Xavante FI RF e o Caingangue FI RF. O patrimônio do Fundo Xavante FI RF é formado integralmente por títulos mantidos até o vencimento (títulos precificados na curva) do plano de benefícios I e o patrimônio do Fundo Caingangue FI RF é formado por títulos mantidos até o vencimento (títulos precificados na curva) exclusivos do plano de benefícios II.

As cotas do Brasil Energia Renovável FIP (ex - Rio Bravo Energia I – Fundo de Investimento em Participações), administrado pela Caixa Econômica Federal e gerido pelo Rio Bravo Investimentos Ltda., no exercício de 2015, foram impactadas por dois eventos relevantes.

O primeiro deles foi resultado do teste de "impairment" (ajuste a valor recuperável) realizado sob o comando da Auditoria Externa do Fundo, à vista dos indícios de perdas decorrentes dos prejuízos gerados pelo acidente atmosférico nos parques da Livramento Holding S.A. (sociedade com a Eletrosul) e à recuperação judicial da fornecedora de equipamentos eólicos IMPSA. Em consequência, no mês de abril de 2015, o ISBRE viu o valor econômico de sua participação ser reduzido a R\$ 3.921 mil (- 43,59% em relação ao valor de aquisição registrado em dezembro de 2014, de R\$ 6.952 mil), conforme memorando de "impairment" firmado pela gestora e pela administradora do fundo.

O segundo decorreu de deliberação da AGE realizada em 17 de julho de 2015, ocasião em que os cotistas do fundo deliberaram por uma reavaliação dos ativos investidos, para a qual foi contratada e selecionada a consultoria especializada Mazars Consultoria Empresarial Ltda. Como resultado dessa reavaliação, o valor presente (valor econômico, dadas as premissas e cenários adotados na avaliação) da participação do ISBRE no Fundo reestimado em R\$ 2.813 mil no mês de competência de outubro de 2015 (- 26,05% em relação ao valor de do mês anterior, R\$ 3.804 mil).

O fundo está sendo objeto de acompanhamento especial por parte dos seus cotistas, com vista à recuperação do seu valor econômico, dado que os ativos relevantes foram performados e são investimentos de longo prazo.

5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2016 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Plano de Benefícios I

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	8.313	8.580	Até 360 dias
LFT	26.355	26.835	Acima de 360 dias
NTN-B	327.908	420.069	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	52.534	52.560	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	65.670	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	20.626	26.391	Prazo indeterminado
	435.736	600.105	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	172.695	209.995	Acima de 360 dias
	172.695	209.995	
Contas a Pagar/Receber	-	(220)	
Tesouraria	-	49	
Total Renda Fixa	608.431	809.929	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			

Ações não negociadas em bolsa	25	246	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	22.440	19.274	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	22.465	19.520	

Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimentos e Participações	6.560	2.645	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	6.560	2.645	
Total dos Investimentos	637.456	832.094	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B
LFT – Letra do Financeira do Tesouro
FIA – Fundo de Investimentos em Ações

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios I possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31/12/2016, o valor de avaliação desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 209.995 mil (2015: 246.639 mil). Nesta data, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 12.979 mil (2015: 26.660 mil).

Plano de Benefícios II

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	498	514	Até 360 dias
LFT	2.358	2.404	Acima de 360 dias
NTN-B	26.635	31.200	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	5.819	5.821	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	5.410	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	1.699	2.174	Prazo indeterminado
	37.009	47.523	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	16.186	21.522	Acima de 360 dias
	16.186	21.522	
Contas a Pagar/Receber	-	(22)	
Tesouraria	-	12	
Total Renda Fixa	53.195	69.035	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	2	20	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	1.849	1.588	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	1.851	1.608	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimentos e Participações	540	218	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	540	218	
Total dos Investimentos	55.586	70.661	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B
LFT – Letra do Financeira do Tesouro
FIA – Fundo de Investimentos em Ações

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
NTN-B	1.319	1.633	Acima de 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	268	268	Prazo indeterminado
Total Renda Fixa		1.901	
Total dos Investimentos		1.901	

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios II possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2016, o valor de avaliação desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 21.522 mil (2015: 17.516 mil). Em 31/12/2016, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 1.332 mil (2015: 1.893 mil).

5.3.3 Reclassificação de Títulos Públicos

De acordo, com o estudo elaborado pelo corpo técnico da Diretoria Financeira e de Investimentos do ISBRE, para Verificação da Adequação quanto às Condições de Liquidez e Solvência da Carteira de Títulos Classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em reunião realizada nos dias 14 e 15/12/2016, a proposta de alteração do critério de precificação, de "títulos mantidos até o vencimento" para "títulos para negociação", de 36.778 quantidades de Notas do Tesouro Nacional – Série B que compõem as carteiras de investimentos do FI Xavante RF e FI Minuano RF, tendo em vista a adequação das condições de liquidez entre ativos e o passivo do Plano, bem como para melhorar a aderência às condições estabelecidas pela regra de solvência vigente no segmento de Previdência Complementar Fechada.

O reflexo no resultado com a reclassificação de 36.778 quantidades de NTN-Bs, realizada no dia 30/12/2016, foi positivo no valor de R\$ 4,158 mil.

5.3.4 Ajuste dos Títulos Públicos Federais

A Previc emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, dispoendo sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a Índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa real de juros de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil (com marcação pela curva do papel) desses títulos.

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, deve ser evidenciado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado (nota 9.3).

Conforme estabelece o item VI, § 4º do art. 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, nos quadros a seguir demonstramos o valor do ajuste de precificação.

Para a elaboração do ajuste do Plano de Benefícios I foi utilizada a totalidade dos títulos do plano com marcação pela curva do papel, conforme requisitos estabelecidos pelo artigo 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Já para o Plano de Benefícios II foi utilizada fração de todos os títulos, correspondente aos Benefícios Concedidos do plano.

Plano de Benefícios I

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade de	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Variação Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,74008%	15/08/24	4.819,00	13.391,44	14.054,32	15.019,95	1.628,51
NTN-B	7,08900%	15/08/24	9.238,00	26.260,85	28.108,64	30.039,90	3.779,05
NTN-B	6,07677%	15/08/26	10.000,00	30.077,79	30.430,80	32.990,99	2.913,20
NTN-B	6,00342%	15/08/26	5.000,00	15.114,86	15.215,40	16.495,49	1.380,63
NTN-B	6,99901%	15/08/30	9.238,00	25.846,58	28.684,10	31.266,64	5.620,06
NTN-B	6,02756%	15/05/35	5.000,00	14.875,60	15.345,99	17.114,88	2.239,27
NTN-B	6,12983%	15/08/40	9.021,00	26.888,23	28.488,54	31.909,13	5.020,89
NTN-B	6,39500%	15/05/45	9.956,00	28.235,71	30.635,24	35.302,83	7.067,12
NTN-B	6,39500%	15/05/45	919,07	2.606,53	2.828,04	3.258,91	652,38
			62.991,07	183.097,59	193.791,07	213.398,72	30.301,11

Plano de Benefícios II

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade de	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Variação Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,74008%	15/08/24	28,48	76,77	80,57	86,11	9,34
NTN-B	7,08900%	15/08/24	53,02	150,72	161,32	172,41	21,69
NTN-B	6,99901%	15/08/30	53,02	147,19	164,63	179,45	32,26
NTN-B	6,12983%	15/08/40	51,77	154,31	163,49	183,12	28,81
NTN-B	6,39500%	15/05/45	57,13	162,02	175,79	202,58	40,55
NTN-B	6,39500%	15/05/45	59,71	169,34	183,73	211,72	42,38
NTN-B	5,77863%	15/08/50	53,02	165,59	163,15	192,68	27,09
NTN-B	5,94939%	15/08/50	6,00	18,30	18,46	21,80	3,51
			360,15	1.044,25	1.111,15	1.249,87	205,62

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Em julho de 2016, foram reavaliados os imóveis da Rua Uruguai, 155, salas 111 a 117 e 1201 a 1217 e Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja, em Porto Alegre. As avaliações foram realizadas por empresa especializada, Sociedade Gaúcha de Avaliações Peritagens e Engenharia Ltda e conforme estabelece o item 21 do anexo C da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, o seu resultado foi registrado diretamente em conta de resultado. No quadro abaixo apresentamos o resultado desta reavaliação.

Descrição	Valor da Reavaliação	Em milhares de reais	
		Valor Contábil	Valor da Variação
Rua Uruguai, 155 - salas 111 a 117	451	327	124
Rua Uruguai, 155 – salas 1201 a 1217	3.105	2.011	1.094
Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja	2.371	1.714	657
	<u>5.927</u>	<u>4.052</u>	<u>1.875</u>

5.4.2 Alienação de Imóveis

No exercício de 2016 não foi vendido nenhum imóvel.

5.4.3 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras. Por solicitação da compradora e após aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião de 14/12/2016, em dezembro de 2016 o contrato de promessa de compra e venda com a Companhia de Informática de Pelotas – Coinpel foi repactuado elevando os juros de 6% para 7% ao ano e acrescentando mais quinze parcelas no final do contrato original.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2016	2015
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	11.150	10.849
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	INPC + juros de 7% ao ano	289	378
		<u>11.439</u>	<u>11.227</u>

5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2016	2015
São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	(621)	(621)
		<u>(621)</u>	<u>(621)</u>

(1) Em cobrança judicial.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos em consignação aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2016	2015
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	-	8
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	5.891	852
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	4.857	9.728

	10.748	10.588
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(78)	-
	<u>10.670</u>	<u>10.598</u>

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa das Operações com Participantes refere-se à inadimplência de empréstimos a participantes e beneficiários que vieram a falecer. Deste valor R\$ 8 mil são do Plano de Benefícios I e R\$ 70 mil do Plano de Benefícios II. A administração da entidade está tomando as providências cabíveis para tentar a cobrança destes valores.

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação % a.a	Em milhares de reais	
		2016	2015
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	21	20
Máquinas e Equipamentos	10%	42	41
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	214	181
Depreciação Acumulada		(215)	(194)
		<u>64</u>	<u>50</u>
Intangível			
Software	20%	321	263
Benefitorias	20%	3	3
Amortização Acumulada		(169)	(123)
		<u>155</u>	<u>143</u>
Diferido			
Software	20%	73	73
Benefitorias	20%	109	109
Amortização Acumulada		(182)	(182)
		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>219</u>	<u>193</u>

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2017, esta conta registra o saldo de pecúlios a pagar e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio.

7.2 Gestão Administrativa

7.2.1 Retenções e Tributos a Recolher

Registra as retenções sobre folhas de pagamento do mês de dezembro de 2016 e 13º salário, além do PIS e COFINS relativo a dezembro de 2016. Estas retenções e tributos serão recolhidos para a Receita Federal do Brasil em janeiro de 2017.

7.2.2 Outras Exigibilidades

Demonstra as provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2016 relativos à Gestão Administrativa (PGA).

7.3 Gestão Investimentos

Demonstra a provisão de valores referente a despesa de custódia, retenções de impostos a recolher sobre prestação de serviços relativos a Investimentos, IOF a Recolher sobre concessão de empréstimos e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente a taxa de administração dos investimentos, conforme previsto no Plano de Custeio.

7.4 Outras Exigibilidades

Em atendimento à letra "k" do item 30 do anexo A da Instrução nº 34 da SPC, de 24 de setembro de 2009, informamos a composição da conta "Outras Exigibilidades".

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Gestão Previdencial		
Depósitos judiciais devidos a patrocinadora	-	873
Devolução de contribuições	4	-
Outros valores devidos entre planos	8	-
Custeio administrativo a pagar (carregamento)	254	-
	266	873
Gestão Administrativa		
Provisões trabalhistas	505	496
Provisões administrativas a pagar	47	38
	552	534
Investimentos		
Custeio administrativo a pagar (Taxa Administrativa)	424	-
	424	-
	1.242	1.407

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09 e alterações, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance de o evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Provável (contabilizada)	7.418	8.250
Possível (não contabilizada)	2.234	1.255
	9.652	9.505

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado das ações judiciais no final do exercício, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.435 mil (2015: R\$ 1.435 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2016, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.435 mil (2015: R\$ 1.435 mil).

Em 01/01/2015, entrou em vigor a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A nova legislação prevê a cobrança do PIS e COFINS sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à EC nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). Com isso, a partir de janeiro de 2015, passou-se a recolher PIS e COFINS normalmente, através de guia DARF. Os valores depositados em juízo acima mencionados continuarão sendo discutidos judicialmente.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Premissas Atuariais

Conforme metodologia estabelecida pela Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, foi realizado o cálculo da "duration" do passivo. A média dos prazos do

fluxo de pagamentos dos benefícios do Plano de Benefícios I ficou em 10,14 anos. De acordo com a Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016, para esta "duration" pode-se adotar taxa de juros entre 4,34% e 6,60%. O Conselho Deliberativo da entidade, baseado no relatório da avaliação atuarial realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda, resolveu manter a taxa real de juros em 4,75% ao ano.

9.2 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas e a convergência da taxa de juros ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda e foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, na reunião realizada em 14 e 15 de dezembro de 2016.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	457.177	438.320
Encargos Futuros	565.285	542.959
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(54.054)	(52.319)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(54.054)	(52.320)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	48.962	45.988
Encargos Futuros	60.966	57.259
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(6.002)	(5.635)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(6.002)	(5.636)
	506.139	484.308
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. Programada	236.805	228.837
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	295.875	286.882
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(29.535)	(29.022)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(29.535)	(29.023)
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. não Programada	507	579
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	619	707
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(56)	(64)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(56)	(64)
	237.312	229.416
	743.451	713.724
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2016	2015
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	4.838	2.819
Encargos Futuros	4.838	2.819
Benefícios a Conceder	64.763	46.335
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	26.622	19.205
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	38.141	27.130
	69.601	49.154
Total Consolidado (PB I + PB II)	813.052	762.878

9.3 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I totalizou no final de 2016 R\$ 106.396 mil (2015: R\$ 3.063 mil). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 103.334 mil (2015: déficit de R\$ 32.115 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período.

O Plano de Benefícios II o superávit no final do exercício totalizou R\$ 328 mil (2015: equilíbrio técnico). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 328 mil (2015: déficit de R\$ 11 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período.

Conforme estabelece o artigo 11 da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, após realizado o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento os planos apresentaram resultado ajustado conforme quadro abaixo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2016	2015
Plano de Benefícios I		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	106.397	3.063
Ajuste de Precificação	30.301	18.496
Equilíbrio Técnico Ajustado	136.698	21.559
Plano de Benefícios II		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	328	-
Ajuste de Precificação	206	193
Equilíbrio Técnico Ajustado	534	193

9.4 Fundos

9.4.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O Fundo de Variações Atuariais é constituído com: i) saldo das contas individuais, em caso de óbito do participante ativo; ii) saldo das contas individuais do participante que passar a receber benefício de aposentadoria por Invalidez; iii) saldo da conta CIV dos participantes que se retiram do plano exercendo a opção pelo resgate; e iv) saldo das contas individuais do participante sem beneficiários e sem herdeiros, e, revertido para suprir eventuais insuficiências decorrentes dos riscos atuariais.

Já o Fundo de Benefícios de Risco é constituído por parte da contribuição dos patrocinadores definida na aprovação do custeio do plano de benefícios e revertido pelos pagamentos de Auxílios Doença e na constituição de Reservas de Benefícios Concedidos, quando da ocorrência de óbitos de participantes ativos. No corrente exercício ocorreu um óbito (2015: dois), sendo revertidos R\$ 1.792 mil (2015: 2.208 mil).

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2016			2015		
	Plano I - BD	Plano II - CV	Consoli dado	Plano I - BD	Plano II - CV	Consoli dado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	1.099	1.099	-	580	580
Benefício de Risco	-	3.119	3.119	-	3.230	3.230
Fundo Previdencial	2.210	-	2.210	3.015	-	3.015
	2.210	4.218	6.428	3.015	3.810	6.825

9.4.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,60% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, as mesmas são suportadas pelo Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2016, acumula um saldo de R\$ 1.245 mil (2015: R\$ 1.057 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2016 acumula um saldo de R\$ 942 mil (2015: R\$ 1.183 mil).

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

- Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Diretoria e Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Diretoria e Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como a consultoria atuarial. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- **Despesas Gerais**

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Rateio entre PB I e PB II**

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas com administração previdencial e de investimentos da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,60% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, seria suportada pelo Fundo Administrativo.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos entre os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	2016	2015
Plano de Benefícios I		
Despesa Administrativa no exercício	(6.508)	(5.285)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.570	1.431
Taxa Administrativa (transferência 0,60% em 2016 e 0,50% em 2015 dos Recursos Garantidores para o PGA)	4.848	3.624
Rendimento do Fundo Administrativo	278	110
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(188)	120
Plano de Benefícios II		
Despesa Administrativa no exercício	(515)	(358)
Rendimento do Fundo Administrativo	274	130
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	241	228
Consolidado		
Despesa Administrativa no exercício	(7.023)	(5.643)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.570	1.431
taxa Administrativa (transferência 0,60% em 2016 e 0,50% em 2015 dos Recursos Garantidores para o PGA)	4.848	3.624
Rendimento do Fundo Administrativo	552	240
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	53	348

11.2 Fluxos dos Investimentos e Destinação dos Resultados

Após deduzida o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 166.372 mil (2015: 62.848 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 13.132 mil (2015: 4.446 mil) para o Plano de Benefícios II.

Por fim, após apuração do resultado da Gestão Previdencial do Plano de Benefícios I, superávit de R\$ 103.334 mil (2015: déficit de R\$ 32.115 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2016 chegou ao montante de R\$ 106.396 mil (2015: R\$ 3.062 mil). O superávit no exercício decorre basicamente pela boa performance dos investimentos.

O Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou, no exercício, superávit de R\$ 328 mil (2015: déficit de R\$ 11 mil). O superávit apresentado no exercício ocorreu pela diferença do resultado dos investimentos referentes a parte das Reservas dos Benefícios Concedidos e a atualização destas (variação do INPC), já que a parte das Reservas dos Benefícios a Conceder são atualizados pelo rendimento dos investimentos (variação da cota do plano).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Até o mês de outubro do corrente exercício, exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios) e o segmento de Imóveis que a partir do exercício de 2013 passamos a fazer segregação real, para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da "Gestão Compartilhada dos Investimentos", contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano.

A partir de 01/11/2016, a segregação dos ativos em mercado (Renda Fixa e Renda Variável) da entidade passou a ser feita pelo método multifundo, onde os recursos são registrados na sua totalidade de forma real, por cotas, de cada plano de benefício, sem o uso das operações comuns. Esta alteração se fez necessária para que fosse possível alocar os recursos de cada plano de acordo com suas especificidades e características de suas obrigações, na busca da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos. Tal metodologia permite a elaboração de Políticas de Investimentos customizadas para cada Plano, possibilitando adequar a alocação de acordo com os estudos de ALM individuais, evitando descompassos na distribuição temporal dos fluxos de ativos e passivos. As Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários já eram segregados de forma real. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Descrição	2016				Em milhares de reais 2015			
	Plano I – BD	Plano II - CV	PGA	Consoli dado	Plano I – BD	Plano II – CV	PGA	Consoli dado
Ativo								
Disponível	5	6	2	13	10	1	-	11
Realizável	861.014	74.156	4.107	939.277	729.618	52.967	4.136	786.721
Previdencial	4.193	-	-	4.193	4.824	-	-	4.824
Administrativo	-	-	2.206	2.206	-	-	1.500	1.500
Investimentos	856.821	74.156	1.901	932.878	724.794	52.967	2.636	780.397
Ações – Carteira Própria	246	20	-	266	257	18	1	276
Fundos de Investimentos	831.848	70.841	1.901	904.590	701.704	49.835	2.635	754.174
Renda Fixa	537.299	46.576	1.901	585.776	461.739	32.793	1.734	496.266
Ações	19.274	1.588	-	22.862	26.446	1.878	99	28.423
Multimercado	272.630	22.459	-	295.089	210.850	14.974	792	226.616
Participações	2.645	218	-	2.863	2.669	190	10	2.869
Imóveis	16.728	624	-	17.352	14.807	552	-	15.359
Aluguel	5.700	213	-	5.913	3.984	148	-	4.132
Vendidos a Prazo	11.028	411	-	11.439	10.823	404	-	11.227
Empréstimos	7.999	2.671	-	10.670	8.026	2.562	-	10.588
Permanente	-	-	219	219	-	-	194	194
	861.019	74.162	4.328	939.509	729.628	52.968	4.330	786.926
Passivo								
Exigível								
Operacional	1.543	15	706	2.265	1.576	4	655	2.235
Previdencial	1.112	13	-	1.125	1.569	3	-	1.572
Administrativo	-	-	701	702	-	-	655	655
Investimentos	431	2	5	438	7	1	-	8

Exigível								
Contingencial	7.418	-	1.435	8.853	8.250	-	1.435	9.685
Previdencial	7.418	-	-	7.418	8.250	-	-	8.250
Administrativo	-	-	1.435	1.435	-	-	1.435	1.435
Patrimônio Social	852.058	74.147	2.187	928.392	719.802	52.964	2.240	775.006
Patrimônio								
Cobertura Plano	849.848	69.929	-	919.777	716.787	49.154	-	765.941
Provisões								
Matemáticas	743.451	69.601	-	813.052	713.724	49.154	-	762.878
Benefícios								
Concedidos	506.139	4.838	-	510.977	484.308	2.819	-	487.127
Benefícios a								
Conceder	237.312	64.763	-	303.075	229.416	46.335	-	275.751
Equilíbrio Técnico	106.397	328	-	106.725	3.063	-	-	3.063
Fundos	2.210	4.218	2.187	8.615	3.015	3.810	2.240	9.065
Previdencial	2.210	4.218	-	6.428	3.015	3.810	-	6.825
Administrativo	-	-	2.187	2.187	-	-	2.240	2.240
PB I	-	-	1.245	1.245	-	-	1.057	1.057
PB II	-	-	942	942	-	-	1.183	1.183
	861.019	74.162	4.328	939.509	729.628	52.968	4.330	786.926

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE, atendendo ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, entre novembro de 1986 e setembro de 1987, adquiriu compulsoriamente Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND no valor de 30% das Reservas Matemáticas. Tal Fundo era gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

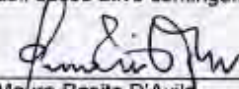
Conforme artigo 10º da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, estes títulos deveriam ser corrigidos pela OTN até janeiro de 1989 e pela variação do IPC a partir de fevereiro de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177, de 04 de março de 1991, artigo 38, estes títulos passaram a ser reajustados pela Taxa Referencial – TR. Entretanto, o gestor corrigiu as OFNDs pela BTN no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em vez do IPC.

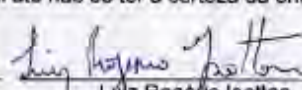
O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, objetivando o recálculo relacionado à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

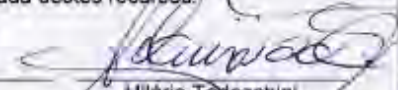
Em 31/12/2010, através de Medida Provisória 517/10, posteriormente convertida na Lei 12.431/11, o FND foi extinto, passando a União Federal sua sucessora em todos os direitos e obrigações. Por esta razão, e apesar da condenação ter sido imposta originalmente ao FND, foi a execução direcionada à sua sucessora, a União Federal.

Após 20 anos de tramitação do processo, em 30 de junho de 2011, a ABRAPP deu início à execução de sentença do débito principal, solicitando a execução coletiva da sentença. Entretanto, o juiz do 1º grau e o TRF da 2ª região, decidiram que a execução de sentença deveria ser proposta individualmente pelas entidades. Em 27 de novembro de 2015 a ABRAPP, em atenção ao TRF da 2ª região, entrou com AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS DE TÍTULO JUDICIAL oriundo do Processo nº 0123902-36.1991.4.02.5101 (antigo 91.0123902-3) que teve curso na 23ª Vara Federal pela Autora contra a UNIÃO FEDERAL, do grupo de associadas em que o ISBRE faz parte.

Em que pese o "trânsito em julgado" do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada dos recursos econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuassem o registro contábil desse ativo contingencial até não se ter a certeza da entrada destes recursos.


Mauro Rosito D'Avila
Diretor Presidente, Administrativo
e de Previdência
CPF 206.383.610-87


Luiz Rogério Isotton
Diretor Financeiro e de
Investimentos
CPF 676.102.770-53


Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250-87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I



MIRADOR 0180/2017

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

Ao
 Ilmo Sr. Mauro Rosito D'Avila
 M.D. Diretor Presidente e Financeiro da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
 Rua Uruguai, 155/14º andar
 Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II (CV)

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II (PB-II) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa Previc nº 13/2014.

2 BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2016, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2016, encontravam-se cadastrados no PB-II:

- 338 Participantes ativos; e
- 13 Participantes assistidos (4 pensões concedidas).

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido - BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.



Página 1

Rua Riachuelo, 1038/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2016

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 4.088,67
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
 - ✓ Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
 - ✓ Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.
- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 0766/16 (hipóteses biométricas, demográficas e econômicas) e MIRADOR 0767/16 (Taxa Real de Juros).

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial do PB-II realizada em setembro de 2015, não houve nenhuma mudança no rol de premissas.



4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

A situação financeira-atuarial do PB-II ao término do exercício social de 2016, mais precisamente na data base de 31/12/2016, é apresentada abaixo.

	(em R\$)
Patrimônio de Cobertura	69.928.629,31
Provisões Matemáticas	69.600.774,68
(+) Passivo Atuarial	69.600.774,68
<i>Benefício Definido (PMBC)</i>	<i>4.838.039,73</i>
<i>Saldos de conta (PMBaC)</i>	<i>64.762.734,95</i>
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	327.854,63
(+) Ajuste de Precificação	205.624,36
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	533.478,99

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2016, um superávit técnico acumulado de R\$ 327.854,63, equivalente a 6,78% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 205.624,36, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 533.478,99.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano. No caso do PB-II, em que a duração do passivo é de 12,44 anos, em 31/12/2016, o citado limite é de 22,44% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 1.085.656,12. Estando o resultado superavitário do PB-II abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.

5 ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-II no exercício de 2016 foi de 23,27%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (taxa real de juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou em 11,64%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 11,63 pontos percentuais acima da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 199,87% da referida meta, ou seja, quase o que o dobro da meta.



A rentabilidade dos investimentos acima da meta atuarial pode ser explicada pelo aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros, que representou aproximadamente 60% do resultado observado. A posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva representou 19% do resultado e os retornos com ativos atrelados a taxas de juros pós-fixadas representaram 11% dos resultados. Por fim, acrescenta-se os investimentos realizados pela Entidade nos segmentos de investimentos estruturados, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes que, somados, representam aproximadamente 10% do resultado dos investimentos.

6 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2016 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 514.897,69, correspondendo ao comprometimento de 0,74% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2016. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2016, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 941.529,50. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II adote em 2017 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 4% (quatro por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

8 PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2017:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.



9 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-II mantém um fundo previdencial denominado “Fundo de Benefício de Risco”, formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir parte dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios de risco, no valor de R\$ 3.119.307,92, em 31/12/2016, e um fundo previdencial denominado “Fundo de Variações Atuariais”, formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais, no valor de R\$ 1.098.889,22 em 31/12/2016.

10 PARECER ATUARIAL

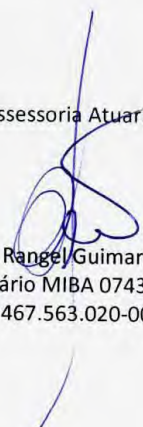
Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior. O plano em questão apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 327.854,63, equivalente a 6,78% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 205.624,36, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 533.478,99.

Face ao exposto neste parecer, cabe-me, na qualidade de atuário responsável técnico pelo Plano de Benefícios II, informar que o plano de benefícios encontra-se em situação de equilíbrio técnico e apresenta um nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00



PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II



MIRADOR 0179/2017

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

Ao
 Ilmo Sr. Mauro Rosito D'Avila
 M.D. Diretor Presidente e Financeiro da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
 Rua Uruguai, 155/14º andar
 Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I (PB-I) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa Previc nº 13/2014.

2 BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2016, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2016, encontravam-se cadastrados no PB-I:

- 182 Participantes ativos; e
- 389 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 282 Aposentados por Tempo de Contribuição; 7 Aposentados por Idade; 14 Aposentados por Invalidez; 2 Aposentados por BPD e 84 Pensionistas.

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.



Página 1

Rua Riachuelo, 1038/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2016

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 5.069,15
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000M (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2%
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,60% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

3.2 Testes de adequação das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 0766/16 (hipóteses biométricas, demográficas e econômicas) e MIRADOR 0767/16 (Taxa Real de Juros).

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial do PB-I realizada em setembro de 2015, não houve nenhuma mudança no rol de premissas.



4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

A situação financeira-atuarial do PB-I ao término do exercício social de 2016, mais precisamente na data base de 31/12/2016, é apresentada abaixo.

	(em R\$)
Patrimônio de Cobertura	849.847.883,58
Provisões Matemáticas	743.451.150,56
(+ Passivo Atuarial)	743.451.150,56
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	106.396.733,02
(+) Ajuste de Precificação	30.301.111,06
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	136.697.844,08

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2016, um superávit técnico acumulado de R\$ 106.396.733,02, equivalente a 14,31% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 30.301.111,06, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 136.697.844,08.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano. No caso do PB-I, em que a duração do passivo é de 10,14 anos, em 31/12/2016, o citado limite é de 20,14% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 149.731.061,72. Estando o resultado superavitário do PB-I abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.

5 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-I no exercício de 2016 foi de 24,07%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (taxa real de juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou em 11,64%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 12,43 pontos percentuais acima da meta atuarial do período, que corresponde ao atingimento de 206,74% da referida meta, ou seja, mais do que o dobro da meta.



A rentabilidade dos investimentos acima da meta atuarial pode ser explicada pelo aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros, que representou 61% do resultado observado. A posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva representou 19% do resultado e os retornos com ativos atrelados a taxas de juros pós-fixadas representaram 11% dos resultados. Por fim, acrescenta-se os investimentos realizados pela Entidade nos segmentos de investimentos estruturados, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes que, somados, representam aproximadamente 9% do resultado dos investimentos.

6 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2016 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 6.508.268,05, correspondendo ao comprometimento de 0,77% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2016. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2016, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.245.146,77. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2017 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

8 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2017, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezesete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e



- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-I mantém um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação desse Fundo se fundamenta nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

10 PARECER ATUARIAL


Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior. O plano em questão apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 106.396.733,02, equivalente a 14,31% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 30.301.111,06, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 136.697.844,08.

Face ao exposto neste parecer, cabe-me, na qualidade de atuário responsável técnico pelo Plano de Benefícios I, informar que o plano de benefícios encontra-se em situação de equilíbrio técnico e apresenta um nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00



Página 5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de beneficiado ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de beneficiado suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) Plano de Benefícios I - BD

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I - BD. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R\$30.301 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse

Página 1 de 4

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





assunto.

a.2) Plano de Benefícios II - CV

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios II - CV. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R\$206 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 04 de março de 2016, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório, não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, em virtude do mesmo não estar concluído, visto que depende inclusive de manifestação desta auditoria, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** continuar

Página 2 de 4

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

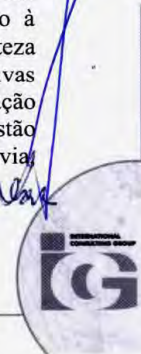
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

Página 3 de 4

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361

Página 4 de 4

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS - SÃO PAULO, SP - VITÓRIA, ES

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

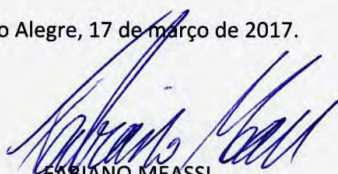
ISBRE
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

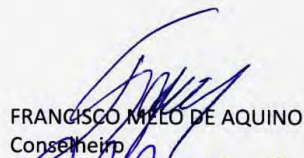



PARECER DO CONSELHO FISCAL

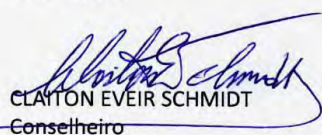
Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2016 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2016, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.


Porto Alegre, 17 de março de 2017.

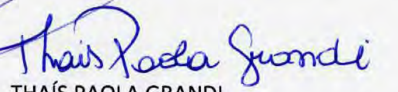

FABIANO MEASSI
Presidente


FRANCISCO MEILO DE AQUINO
Conselheiro


RAFAEL CARNEIRO ABRAHÃO
Conselheiro


CLAYTON EVEIR SCHMIDT
Conselheiro


LEONIR MARIA PIZZATO REIS
Conselheira


THAÍS PAOLA GRANDI
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

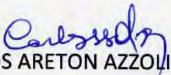


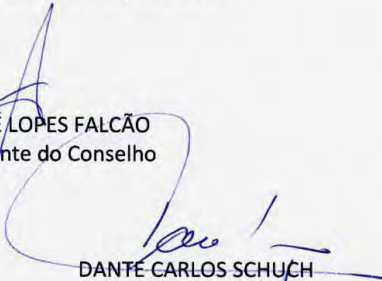
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO


Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 17 de março de 2017, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por Plano de Benefícios, e a Prestac o de Contas do Exercício Social de 2016.

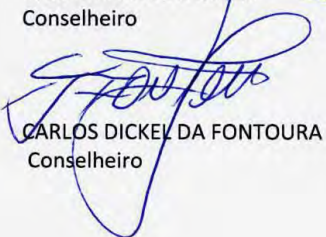
Porto Alegre, 29 de març  de 2017.

ANDRÉ LOPES FALCÃO
Presidente do Conselho


CARLOS ARETON AZZOUIN OLSON
Conselheiro


DANTE CARLOS SCHUCH
Conselheiro


CARLOS AURÉLIO L. DA HORA RIBEIRO
Conselheiro


CARLOS DICKEL DA FONTOURA
Conselheiro

ISBRE
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



40 anos de dedicação a você!

Rua Uruguai, 155 | Conj. 1401 | CEP: 90.010-140 | Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3227.3100 | 3014.8700 – Fax: (51) 3227.3309 | 3014-8705
Site: www.isbre.com.br | E-mail: isbre@isbre.com.br